ESCOLA, ESPAÇO DE TRAVESTI? QUANDO A ESCOLA NÃO ACOLHE, NÃO ESCUTA, A QUADRA SUSTENTA E AMPARA?

SCHOOL - SPACE FOR TRANSGENDER PEOPLE? WHEN SCHOOL DOESN'T EMBRACE, DOESN'T LISTEN, DOES THE STREET SUSTAIN AND SUPPORT?

Marcos Rogério dos Santos Souza
Mestrando em Educação/Universidade LaSalle
marcossouzas@yahoo.com.br

Denise Regina Quaresma da Silva
Pós-doutorado/Universidade LaSalle
denise.silva@unilasalle.edu.br

Resumo

A educação brasileira encontra-se alicerçada numa concepção tradicional de educação, em que os currículos escolares valorizam os conteúdos. Ficando os sujeitos do processo pedagógico, aquém da boa vontade docente na execução de práticas pedagógicas que preconizam a diversidade e a inclusão dos educandos/as. O/a educador/a no anseio de cumprir o programa proposto pela escola, muitas vezes, coloca a escuta, o acolhimento, o amparo e a empatia em segundo plano. É a partir deste cenário que se tece essa escrita, alicerçada em pesquisa bibliográfica, no objetivo de refletir sobre a prática profissional no âmbito escolar, em escolas de um município da região metropolitana da grande Porto Alegre/RS. Questiona-se: a escola é espaço de Travesti? E quando a escola não acolhe e não escuta, a quadra sustenta e ampara? A partir dessas provocações propõe-se refletir e ressignificar a prática pedagógica, buscando espaço para a escuta dos ditos e dos não ditos. Acredita-se que a escola seja espaço de todos/as e precisa desarticular qualquer posição que insurge ou determine o que são ou poderão vir a ser os sujeitos dentro de uma lógica binária e heteronormativa, que exclui as diferenças e os diferentes.

Palavras-chave: Educação. Sexualidade e Gênero. Travesti. Quadra.

Abstract

Eager to comply with the school program, educators often fail to listen, to welcome, to support and display empathy, putting those in second place. Based on this scenario and supported by bibliographic research, this study has the purpose of reflecting on professional practice in education, in schools of one of the cities located in the metropolitan area of Porto Alegre/RS. The following questions arise: Is school a space for transgender people? Does the street sustain and support when school doesn't embrace and listen? Following these thought-provoking questions, it is proposed to reflect and reconsider the pedagogical practice, seeking space for listening what has been said and unsaid. School is believed to be a space for all individuals, so it needs to disarticulate any position that stands against it or determines what these subjects are or will be within this binary-heteronormative system, which excludes what and who is different.

Keywords: Education. Sexuality and Gender. Transgender. Street.

Introdução

A proposta desta escrita é refletir sobre a escola como espaço para todos/as, entre estas pessoas, os/as travestis, para este fim se parte das questões: a escola é espaço de travesti? Quando a escola não acolhe, não escuta, a quadra sustenta e ampara? Deste modo, procura-se provocar a reflexão sobre o espaço escolar, as dinâmicas de poder que se estabelecem nas relações intra e interpessoais, os conflitos que são oriundos dessas relações, bem como as

travestis são tratadas no espaço pedagógico. Apresentar-se-á as relações que se hierarquizam e as consequências dessas as travestis, ponderando como os/as profissionais da educação atuam frente à conduta sexista e heteronormativa, que inviabiliza o acesso e a permanência das travestis no espaço escolar.

A presente produção é sustentada a partir de pesquisa bibliográfica e do tipo descritiva, embasando-se na promulgada Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e em autores como BENEVIDES, Bruna G (Orgs); NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs) (2018); FREIRE, Paulo (1996); LOURO, Guacira Lopes (2004/2007); NICHOLSON, Linda; SOARES, Luiz Felipe Guimarães; DE LIMA COSTA, Claudia (2000); SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula (2016); SILVA, Joseli Maria (2008), Michel, FOUCAULT (1999) bem como nas percepções do autor/pesquisador por meio de sua prática profissional em um município da grande Porto Alegre do estado do Rio Grande do Sul.

É salutar destacar que se busca com essa escrita oportunizar a reflexão sobre práticas pedagógicas e ações no campo das relações interpessoais, nos espaços da escola e no direito de todo e qualquer cidadão ser livre em viver sua sexualidade. Não se pode conceber que haja grupos de sujeitos se considerando acima da lei e/ou acima da liberdade do outro, diante disso, este estudo por meio da descrição reflexiva aborda informações relevantes sobre esta temática emergente, no intuito de propiciar melhora na qualidade das relações interpessoais, dentro do espaço escolar, como também salientar os direitos a esse grupo e o dever do Estado em assegurar tais direitos. De acordo com (SILVA, 2008, p.6), “[...] queremos chamar atenção para o fato de que as travestis sofrem maior violência e preconceito porque a marca da transgressão é nítida, visual e, portanto, afronta o poder heteronormativo, muito menos evidente no gay ou na lésbica. [...]”.

Da mesma forma, busca-se enfatizar o papel dos educadores diante das condições em que as adolescentes travestis são expostas no espaço escolar e social. Deste modo, deseja-se que a quadra (ponto de prostituição) não seja o amparo e o sustento destas adolescentes, embora é o espaço que a sociedade as impõe como alternativa de sobrevivência.

Neste sentido, refletir sobre os discursos que circulam nos espaços sociais, culturais, religiosos, científicos, políticos e principalmente na escola, é compreender que os sujeitos destes espaços são resultados das construções histórico sociais de seu tempo. Diante disso, é na escola que vislumbra-se o ambiente/espaço para questionar as verdades incontestáveis propagadas pelo discurso heteronormativo/branco. Dito isto, a estrutura deste artigo segue a sequência de fundamentação teórica e considerações finais.

Fundamentação teórica

A escola é por natureza espaço que propicia o convívio e as relações entre os sujeitos, e é nesse ambiente que se pode e deve-se refletir sobre as possibilidades para que crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos, possam desconstruir e reconstruir paradigmas no que tange a sexualidade e o gênero. Ainda mais, são sujeitos únicos, singulares, com desejos, fantasias e sonhos, como também diverge-se sobre a forma que se deve ser em relação aos outros. Além disso, tem-se características que se aproximam, afinal são da espécie homo, com cromossomos diferentes que “determina” o gênero feminino XX e masculino XY, tem pênis no homem, vagina na mulher e ambos órgãos no hermafrodita. Porém independente das questões, físicas, biológicas, psíquicas, precisa-se conscientizar que diferenças e semelhanças fisiológicas não dão conta da infinidade de possibilidades que são os seres humanos.

Indubitavelmente homem e mulher, são estritamente sociais, precisam do outro para se constituir e se fazer pessoa, sendo a partir das relações histórico sociais que constroem e desconstroem o que possa vir a ser/ter vagina, ser/ter pênis, ou ter ambos. Nessa direção, sobre gênero preconiza Nicholson:

[...] “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. [...] “gênero” é comportamento, tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são portanto compreendidos como distintos. [...] “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos” (NICHOLSON, 2000, p. 9).

Em relação às construções sociais, quando se pensa o sujeito, logo o situam em um grupo familiar, ao qual antes mesmo do nascimento, já estará sendo construído no desejo materno e paterno, ou não, por certo não se pode furtar a refletir que em ambos os casos será dado um lugar no mundo a esse bebê, que será voltado ao mundo rosa ou azul, pois se vive ainda numa sociedade que essas cores são “patenteadas” pelo masculino e feminino. Para (FOUCAULT, p.20, 1999): “O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”.

Ou seja, antes mesmo do nascimento e após o nascimento, o bebê vem carregado de construções sociais, representações que almejam e versam pela determinação do que ele/a poderá e deverá ser quando crescer. Ainda para (FOUCAULT, 1999, p.10) “[...] o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.”

Existem influências visíveis (biológicas) e invisíveis que são as construções histórico sociais que se constroem em determinados espaços, não sendo iguais em todas as culturas. Para Louro (2007, p. 240): “[...] Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes e tudo isso se aplicaria às identidades sexuais e de gênero”. Será essa base que poderá ser determinante para se constituir enquanto pessoa de desejos e identificações?

Analogamente, pondera-se que o sujeito não é resultado apenas de um aparato biológico, são muito mais que isso, constroem-se para o além do biológico dessas determinações, se é que se pode pensar em determinações, pois são as relações que se estabelecem culturalmente e a partir das construções sociais que envolvem os sujeitos do que seja feminino ou masculino, belo ou feio, certo ou errado, ser homem, ser mulher e como se vivencia a sexualidade.

Diante do exposto, precisa-se refletir junto à comunidade escolar os determinantes que a sociedade impõe e analisar o que é ter pênis, vagina, ou os dois. Em outras culturas, como já se sabe, o pênis não é determinante para definir o que seja homem ou mulher, isso é uma questão de gênero, ou seja, o gênero está para além do sexo (feminino e masculino). Sendo papel da escola discutir temas relacionados a sexo, sexualidade e gênero, não se pode deixar de abrir espaços de discussões, reflexões e falas sobre essas temáticas, uma vez que se compreende o espaço escolar como formador de cidadãos/as, e também de pertencimento/acolhimento/escuta aos educandos em desenvolvimento e formação. Em Foucault (1999, p.37): “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Embora seja notório que a escola, muitas vezes, omite-se frente aos direitos das minorias, prevalecendo dessa forma o poder de grupos que propagam a exclusão dos diferentes do espaço escolar em Silva (2008, p.9): “[...] A escola produziu dor, desrespeito e colaborou decisivamente para a produção de representações sociais negativas que apenas reforçam a violência e hostilidade que as envolvem”.

Sob o mesmo ponto de vista, é necessário criar espaços de discussão e diálogo com alunos, professores, pais/responsáveis, funcionários dentro e fora da escola, sendo *sine qua non* falar sobre esses temas: sexo, sexualidade e gênero, reconhecendo que é dever da escola

assegurar orientação e reflexão sobre essas questões emergentes, que ainda são tabus sociais. Conforme Louro, orienta (2007, p. 243): “Busca-se, tenazmente, conhecer, explicar, identificar e também classificar, dividir, reger e disciplinar a sexualidade”. Mas não obstante, precisa-se dar conta que na escola circulam gay, lésbica, travesti, transgênero... ainda que, nossa escrita irá se dirigir às travestis e refletir sobre as relações que se montam e se articulam nos espaços escolares, uma vez que temos um sexo (biológico) e uma vivência distinta que não acolhe o que, naturalmente, é dado. Ainda em Louro:

Estou convencida de que é relevante refletir sobre tudo isso. É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres (2007, p. 204).

Outrossim, na escola é preciso pensar também no espaço das crianças e adolescentes travestis e seus familiares, não é concebível que essas pessoas sejam tratadas como se tivessem tido sobre elas uma maldição, embora seja isso que a comunidade em muitos casos busca evidenciar. Dessa maneira, favorecendo que haja de forma prematura a evasão escolar e em alguns casos, famílias que nem chegam às escolas, devido às histórias que têm de experiências de práticas preconceituosas e sexistas. Com isso, reforça-se que as crianças e adolescentes travestis privados do convívio e do direito à educação são levadas à prostituição, como sendo única saída pensada para si, apesar de se compreender que nem todas as travestis acabam na prostituição.

Mais uma vez, Louro faz refletir (2007, p. 211): “[...] os gêneros e as sexualidades no âmbito da cultura e da história, leva a compreendê-los implicados com o poder. Não apenas como campos nos quais o poder se exercita, por onde o poder passa e onde o poder se faz”. Diante disso, é necessário que os agentes promotores de espaços e discussões nas escolas reflitam, que gênero é uma construção culturalmente vivida nas relações e nas instituições sociais em acordo com o tempo e os espaços em que essas histórias circulam e se cruzam.

Por outro lado, nem sempre se dá conta dos sujeitos à volta, das suas histórias, de seus desejos, de suas possibilidades e de seus interesses. Vive-se mergulhado em rotinas, em práticas nas quais se acaba realizando, sem se perceber que à volta circulam pessoas, seres humanos, gente e que é para essa gente que se deveria direcionar preocupação e escuta. Conforme Souza (2020, p. 231) “[...] o professor se permita ser o depositário do educando nas suas

revivências de afeto, desafeto, antipatia e medo, possibilitando que os questionamentos possam se desacomodar e quiçá se acomodar”.

Logo, acredita-se que a escola e o educador que se ocupam em pensar o espaço escolar como direito de todos os educandos/as, que façam a escuta e o olhar de forma presente frente às demandas que se colocam no dia a dia da escola/sala de aula, podendo assim minimizar os danos que são causados às crianças e aos adolescentes, muitas vezes, perseguidos de forma sistematizada com ofensas verbais e físicas. Igualmente alinhado com Freire (1996, p. 36) “[...] A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substancialidade do ser humano e nega radicalmente a democracia [...]”. Precisa-se construir o discurso que supere a visão sexista, heteronormativa, homofóbica, para se dar voz e escuta aos sujeitos, que são costumeiramente excluídos dos espaços sociais.

Em conformidade se pondera, que o acesso a direitos são assegurados em legislação específica como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e atualizado pela Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019. Preconiza o ECA (1990):

Art.3. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Art.18. Parágrafo único. [...] I- castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: I - a) sofrimento físico; b) lesão: II - Tratamento cruel ou degradante [...] a) humilhe; b) ameace gravemente; c) ridicularize.

Portanto, o próprio ECA (1990) orienta de forma clara e objetiva sobre os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, e ainda especifica o que seja tratamento e conduta que possam infringir as determinações desta lei, cabendo a todo e qualquer cidadão, assegurar a proteção a esses direitos. Diante disso, os profissionais que atuam na escola precisam conscientizar-se que será a partir de suas intervenções, que poderá ocorrer a mobilização para mudanças e garantias de condições do acesso e permanência na escola a todas as crianças e adolescentes indiferente de seus sexos e gêneros. Ainda mais, Freire (1996, p. 77) orienta que “[...] Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”. Desta maneira, compreende-se que não é possível os profissionais da educação conceber que crianças e

adolescentes sejam motivo de “piadas”, palavrões, chacotas, agressões verbais e físicas dentro do espaço escolar, pontua-se algumas palavras dos discursos, que ressoam dentro do espaço escolar e fora dele “viadinho”, “bichinha”, “moça”, “donzela”, “maricas”, “boiola”, “frutinha”, “arrombado”, “morde a fronha” a lista é grande!

Por analogia é salutar pensar que esses sujeitos não são só acuados em espaços internos da escola, como a sala de aula, mas também em outros ambientes, sendo a eles proibido acesso aos banheiros e qualquer outra parte, pois a escola é “espaço de branco e hétero”.

Ainda para complementar esse quadro, quando se pensa que ir ao banheiro pode ser uma atividade banal, para essas crianças e adolescentes não o é, pois, na realidade, ir ao banheiro é se colocar à frente de seus algozes, podendo se tornar momento de sofrimento e horror. Não obstante a essa batalha, precisam ainda se sujeitar a entrar no banheiro do qual não se identificam ou deixar para fazer suas necessidades fisiológicas em casa. Outra saída encontrada por essas crianças e adolescentes, na tentativa de atender suas demandas orgânicas do corpo é irem ao banheiro durante a aula, pois é a chance de ter menos propensão a xingamentos e humilhações por parte dos demais educandos, uma vez que nesse momento a circulação de alunos nos corredores e banheiros é bem menor. Salienta-se que a escola poderia resolver esta demanda, oportunizando que todos os banheiros pudessem ser usados por pessoas, sem que haja a preocupação com definições de feminino e masculino. Conforme Seffner e Picchetti:

A escola precisa rever seus regulamentos e modos de funcionamento para não beneficiar apenas àqueles tradicionalmente representantes da hegemonia. Nas questões de gênero e sexualidade, a norma atende pelo nome de heteronormatividade. Mas as escolas não são lugares onde apenas habitam meninos e meninas heterossexuais. E, mesmo estes, não têm todos os mesmos modos de viver sua masculinidade ou feminilidade. (SEFFNER; PICCHETTI, 2016, p.67).

Discute-se que essas crianças/adolescentes vivem dentro da escola sob a tutela do medo e da angústia, permanecendo sempre atentas a criar estratégias para minimizar os danos causados pelos valentões/machões. Outra estratégia criada por esses sujeitos é de ficar sem recreio, dentro da sala de aula, porque assim podem se sentir protegidos pelas paredes da sala, embora não haja alívio total de que não haverá humilhações, pois a sala de aula é espaço de hétero, eles podem e entram quando desejam. Cita-se a frase de uma travesti estudante de um município da região metropolitana da grande Porto Alegre. V: -“O espaço da escola sempre foi tenso, nunca tinha coragem de ir ao recreio, banheiro ou qualquer outra parte”.

Com isso, é bom lembrar que travesti são pessoas com direitos como todas as outras, mas impedidas de circular nos espaços da escola, pelo desejo e imposição de criaturas que se designam detentoras do direito e de invadir a vida do outro, pela imposição de um único modo de ser, vestir, falar, relacionar, acreditar, desejar, consumir, viver e morrer.

Considera-se que em alguns casos, existem grupos de alunos dentro da escola que oferecem proteção, essa é mais uma forma das travestis colocarem-se “sob cuidados”, na tentativa de evitar xingamentos e principalmente livrar-se das surras, que nunca se sabe, ao certo, a razão pela qual estarão sujeitas. Esses grupos podem ser os “barra pesada” da escola, que oferecem proteção, mas a um custo também elevado, pois novamente o espaço público não é tão público e a escola cada vez mais é ambiente que provoca medo, angústia e sofrimento.

A escola, a partir da educação, tem o dever, não podendo se furtar a assegurar que seus professores devam se impor diante de alunos que desrespeitam qualquer forma de expressão e que fira a liberdade do outro de ser travesti ou o que bem compreender que seja sua vontade. Embora se saiba que para muitos a liberdade do outro seja inconcebível. Louro, neste sentido, preconiza (2004, p.1) “[...] insuportável, contudo, pensar em múltiplas sexualidades. A ideia de multiplicidade escapa da lógica que rege toda essa questão. Consequentemente, é frequente ouvirmos muitos assumirem (até mesmo com orgulho) que ignoram formas não-hegemônicas de sexualidade”. Desta forma é mister assegurar que os direitos desses/as sujeitos sejam assegurados em leis e em políticas públicas. Neste sentido orienta Foucault:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, p.43-44, 1999)

Pondera-se que alguns profissionais de forma modesta, mas ainda assim o fazem, seja por identificação com o sujeito, por pena, por lembrar de irmão, de filho, fazem o acolhimento e a defesa das travestis frente às agressões que sofrem na escola. E diante disso, com a intervenção docente interrompe as agressões daqueles que se consideram donos dos espaços da escola e exigem que parem com as agressões, apenas parem, quando na verdade deveriam ser tomadas providências mais severas, no âmbito pedagógico e quiçá jurídico. Uma

vez que se sabe que essas agressões cessam na sala, na escola, mas continuam no caminho de casa.

Na práxis docente, não está apenas ocupando papel de educador, mas de profissional que tem o dever de fazer valer a liberdade o direito do outro, que são premissas que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, em que o “Art. 3º prevê que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2019). Diante do exposto, precisa-se de conscientização de que há pessoas que têm seus direitos, limitados/coibidos pela simples razão e única vontade do outro. Neste sentido Souza (2020, p.219-220)” [...] compreendemos o educador não como o fornecedor de conhecimentos, mas o sujeito que fará, dará ancoragem e será continente as angústias que se criam no processo de aprendizagem e nas relações entre os personagens envolvidos na prática educativa [...]”.

Para as travestis, as festas na escola são momentos de sofrimento, pois são banidas, sendo a única coisa boa desses dias a possibilidade de se ausentar da escola, dessa forma será um dia a menos para sofrer, correr, se esconder, desejar desaparecer, querer morrer, sim, muitos querem morrer, por não saber mais o que fazer com tamanha exposição a qual são colocadas pelo puro e límpido desejo cruel de outras crianças/adolescentes e adultos que reproduzem valores e práticas norteadoras das relações familiares, comunitárias de uma nação que segrega e exclui sob o discurso do presidente da República. Para fins de compreensão citam-se as palavras do até então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, em mais um dos discursos folclóricos:

“Um fato que foi noticiado muito no início do ano passado: ele nomeou a senhora Ilona Szabó como suplente de um conselho, e nós sabemos que essa senhora ou senhorita tem publicações, as mais variadas possíveis, defendendo o aborto, ideologia de gênero, entre tantas outras coisas que estão em completo desacordo com as bandeiras que eu defendi, que os cristãos brasileiros também defendiam, e que até ateus defendiam também [...]”

Contudo, as travestis na peregrinação da via *crúcis* da violência/contemporânea, dentro da escola, da sala de aula e ainda dentro de suas famílias, na qual são expostas por ocupar espaços, os quais não são permitidos que ocupem, ou façam uso, acabam, a maioria das vezes, se afastando da escola, ainda na pré-adolescência. Entretanto existem aquelas que se sujeitam à violência e buscam de alguma forma sobreviver, então se tornando excelentes alunas, pois quem sabe, isso tire seus trejeitos de cena, do olhar dos valentões e possa despertar nesses, o desejo pelo seu saber, sim, a travesti goza de capacidade intelectual.

Dessa maneira, a travesti tem serventia, uma vez que pode servir para fazer os trabalhos, ajudar nas apresentações, nas feiras de ciências/ideias, nas provas, nesse momento acontece até o milagre de a travesti ser chamada pelo seu nome próprio. Torna-se incrível o que a necessidade faz com os valentões, mas passando esses episódios, a saga trágica volta a se repetir e começa tudo de novo, violência verbal e física. Como resultado, muitas dessas, quando chegam à adolescência, acabam por abandonar a escola, por encontrar nesse espaço apenas a certeza de que não podem e não devem estar ali, já que para muitas as tentativas de se fazer pessoa acaba. Por isso, abandonam a escola e o que é oferecido a essas adolescentes é a rua/quadra, não como a conhecemos em dias calmos de sol ou chuva. Mas a rua/quadra onde será o espaço em que podem ocupar e se fazer “pessoa”, ali podem falar, podem vestir, podem mostrar seus trejeitos, podem servir ao deleite dos pais de família, aos ex-colegas e/ou pais de colegas que venham comprar sexo, pois é para isso que a travesti irá servir, é nesse espaço que a sociedade heteronormativa permite que elas ocupem.

Constantemente, a prostituição é o caminho que a escola e a comunidade delineou como possibilidade para as crianças e adolescentes travestis, uma vez que as leis não foram acionadas para assegurar seus direitos. Entende-se que as leis asseguram os deveres que as travestis estão sujeitas como pagadoras de tributos, mas não asseguram os direitos que “têm” ou deveriam ter como cidadãs. Por outro lado, é necessário pensar que a escola é espaço das travestis, tendo em vista que o acesso à educação é direito subjetivo de todo cidadão e ainda, sendo criança e adolescente é dever da família, da comunidade zelar para que todos tenham acesso e principalmente, permaneçam dentro da escola, protegidos do perigo que a rua/quadra oferece. De acordo com LDB 9394/1966, em seu o Art. 3º que estabelece “Art.3º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo”.

Por fim, quando a escola não acolhe, não escuta, a quadra sustenta e ampara? Neste sentido, observa-se que as travestis, quando não são acolhidas no espaço escolar e não há uma escuta que seja continente às angústias criadas pelo social, a alternativa da maioria dessas pessoas é se colocarem na quadra para se prostituir, sendo esse o local em que são permitidos ocuparem para que possam vender seus corpos, nesse sentido, vislumbra-se que seja a partir da quadra que será assegurado o sustento e onde terá o amparo financeiro que não lhe é permitido nos demais espaços sociais. Conforme Foucault (2019,p.8) “ Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não nos circuitos da produção, pelo menos do lucro” Reforça-se que

essas pessoas não encontram acolhida, escuta e nem amparo afetivo na quadra que é espaço para se prostituir, pois nesse local, são tidas como objetos, onde são compradas para propiciar prazer aos “homens de bem” e “casais héteros de bem”. Foucault afirma (1999, p.13): “Escuta de um discurso que é investido pelo desejo, e que se crê - para sua maior exaltação ou maior angústia - carregado de terríveis poderes. Se necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece.”

O ser humano necessita de proteção, de acolhimento e de escuta, quando isso não acontece, a escola rompe com seu objetivo que é assegurar a permanência do sujeito na escola, mas principalmente, não dando voz e menos ainda, fazendo a escuta desses educandos/as. Nesta direção, diz Freire (1996, p.119) “Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”. Desta forma, o que a rua/quadra oferece é a certeza de ganhos e muitas vezes são valores que chamam atenção para quem, normalmente, é aleijado de direitos sociais, para pessoas que nunca tiveram nada. Logo, o que resta a essas adolescentes é a venda do corpo, uma vez que a rua/quadra é o espaço que ainda podem ocupar.

Sabe-se que travesti não ganha trabalho, a resposta é sim à quadra ou à rua, é nesse espaço que a travesti encontrará “amparo”, sentir-se-á “acolhida”, pois na quadra existem outras iguais a ela, ali todas podem falar, desejar, fantasiar, ser o que bem entenderem, até o próximo pai de família, ex-colega, padre, irmão, pastor, vir comprá-la, momento esse que não terá domínio do seu próprio corpo, uma vez que está entregue aos consumidores (sexistas, machistas, homofóbicos, brancos e héteros). Mesmo assim, não se pode esquecer que as travestis, em locais que são territórios permitidos para sua circulação, ainda correm risco de violência e morte, pois esses homens não desejam apenas o corpo, desejam provocar dores e sofrimentos, conforme explicita (SILVA, 2008, p.6) “O espaço por elas experimentado é composto de muitas feridas e rejeições. É comum que elas circulem pela cidade apenas no período da noite, mais associado às práticas sexuais comerciais que a maioria delas está praticamente condenada socialmente a desempenhar”.

Sobretudo é com urgência que se reflita/discuta sobre sexualidade e gênero na escola, é dever, enquanto educadores no sentido real da palavra, pois precisam dar voz a essas crianças e adolescentes, que são tolhidos de serem pessoas, isso lhes é roubado e a escola com seus agentes pensam que isso não tem consequências. Todavia, alguns educadores se propõem a falar sobre esses temas nas aulas de ciências, apenas quando há algum fato de gravidez, ou

quando profissionais da saúde vêm à escola falar sobre doenças sexualmente transmissíveis DST'S, mas não existe sequência e aprofundamento da temática sexualidade e gênero e com outro viés que não seja o já mencionado.

Assim, a escola precisa ocupar o papel que a legislação lhe concedeu e possibilitar que todas as pessoas possam estar presente no espaço escolar sem que haja medo, respeitando as outras formas existentes de sentir e desejar e se sentir pessoa, que não é instituída pelo homem branco e hétero.

Considerações finais

Diante da atual conjuntura política em que se vive, é necessário que os profissionais da educação possam articular discursos, no meio escolar, sobre sexualidade e gênero, buscando despertar reflexões a partir da importância de se viver em convergência com as leis que regulam os princípios e asseguram a liberdade individual e que possam relacionar esse discurso ao espaço escolar e comunitário.

Busca-se, por meio da experiência profissional, refletir as relações das travestis dentro do espaço escolar e as articulações que se fazem sobre a escuta, a acolhida, ao acesso e à permanência na escola. Historicamente, vê-se crianças e adolescentes sendo excluídos dos espaços escolares e comunitários por diferentes razões, e uma dessas é a forma que esses adolescentes vivem sua sexualidade e rompem com regras heteronormativas. Diante dessa negação, o que se observa com muita frequência, dentro das escolas, é a evasão de adolescentes travestis que acabam saindo da escola, pois a elas não é permitido ocupar esses locais que pertencem, historicamente, a quem determina o ideal, a forma correta de se viver.

Conclui-se que os profissionais da educação precisam dar conta das questões que norteiam o espaço escolar e possam intervir de forma sistematizada frente a estas demandas. É bom lembrar que essas crianças e adolescentes possuem direitos assegurados em leis específicas e principalmente na carta Magna, promulgada em 1998. Desta forma, precisa-se permitir que estes sujeitos possam ocupar os espaços da escola e principalmente, que sejam livres e autônomos, nesses espaços, por meio do sentimento de pertencimento. Destaca-se que a escuta e acolhida precisam acontecer dentro do espaço escolar e essas adolescentes travestis precisam se sentir protegidas e livres para viver plenamente sua sexualidade. Não é concebível privar essas jovens do espaço escolar e entregá-las ao “amparo” da quadra para a prostituição, como se esse pudesse ser o único destino cabível para se sentir pessoa.

Diante do exposto, é necessário que se faça valer os princípios do direito e do dever, colocando esses alçózes diante de suas responsabilidades, e não mais se ocultarem na proteção e garantia dos direitos de vítimas de uma política sexista e heteronormativa, que venha estabelecer como o sujeito deva agir e viver sua sexualidade.

Assim, é necessário assegurar que a escola seja espaço de Travesti, sim, e aqueles que não conseguem compreender esse direito, que sejam a eles assegurados os seus deveres diante da lei. Pondera-se, tenazmente, que quando a escola não acolhe e não escuta, a quadra sustenta e nunca ampara. Diante disso, percebe-se que as travestis aleijadas de direitos em todos os espaços sociais, não é permitido a elas se sentirem pessoas/cidadãs, mas unicamente objeto sexual que é aceito nas quadras de prostituição e que podem circular também nos cinturões de nossas cidades.

O presente artigo descreve a nua e crua realidade, vivida por nossas adolescentes travestis, bem como evidencia a necessidade de que se reflita sobre a prática profissional no âmbito escolar, para que se possa desconstruir os discursos que se colocam contrário à liberdade e à autonomia dessas adolescentes. Salienta-se que é dever de todos assegurar a proteção integral e livrar todas as adolescentes de atos cruéis, vexatórios que possam causar danos ao seu desenvolvimento. Diante disso, precisa-se unir forças e impedir possíveis retrocessos, que possam se desenhar diante da política em que o governo federal sobrepõe em relação à sexualidade e ao gênero. É preciso ampliar direitos e não criar uma sociedade que reproduz estereótipos do qual seja o ideal de viver e morrer.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G (Orgs); NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018. **Revista Latino-americana de geografia e gênero**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa v. 10 n. 2 (2019). ISSN 2177-2886. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>. Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL, Lei nº 8.069/2019 - **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 31 de março de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Laura Fraga de Almeida Sampaio (Trad.). 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... **Revista de Educação, Sociedade & Culturas**. Porto Alegre, nº25, p. 235-245, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Educação em Revista, Belo Horizonte, nº46, p. 201-218, 2007.

LOURO, Guacira. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denílson et al. (Org.). **Imagem e diversidade sexual: estudos de homocultura**. Brasília: Nojosa, 2004.

NICHOLSON, Linda; SOARES, Luiz Felipe Guimarães; DE LIMA COSTA, Claudia. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, p. 9-41, 2000.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz, uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul/RS, v. 24, n 1, p. 61-81, 2016. DOI 10.17058/REA.V24I1.6986. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>. Acesso em: 01 maio de 2020.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. A Transferência e o desejo de ensinar e aprender na educação infantil. In: **Educação e ciências humanas: Reflexões entre desconfianças**, a utilidade do inútil e a potência dos saberes. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João Editores. 2020.

UOL. Política. **Leia íntegra do discurso de Bolsonaro após demissão de Moro**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/24/leia-integra-do-discurso-de-bolsonaro-apos-demissao-de-moro.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.